

Programas e Realizações 2019/2022







CDHU

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria da Habitação

CDHU/SECRETARIA DA HABITAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Programas e Realizações
2019/2022

ÍNDICE

Apresentação 6

AÇÕES ESPECIAIS
Habitação na Pandemia 11
PRODUÇÃO E PROGRAMAS
Produção Habitacional 19
Nossa Casa 23
Apoio ao Crédito Habitacional - CCA 29
Viver Melhor 33
Vida Digna 39
Vida Longa 43
Moradia Indígena e Quilombola 47
Urbanização de Favelas e Assentamentos Precários 51
Mananciais Billings/Guarapiranga 55
Serra do Mar 59
Programa Especial de Melhorias - PEM 63

AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO E FOMENTO
Cidade Legal 67
Casa Paulista 71
Parceria Público-Privada - PPP 77
Grupo de Análise e Aprovação de Programas - Graprohab 81

SERVIÇOS DE APOIO
Sorteios Eletrônicos 85
Trabalho Técnico Social 89
CDHU Serviços 93

Ações integradas pelo social

Ao apresentar esta publicação que resume o trabalho conjunto realizado com a CDHU nos últimos quatro anos, a Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo tem por objetivo colocar à disposição da sociedade, particularmente para os segmentos aos quais endereçamos nosso atendimento, os principais programas e resultados de nossas ações entre 2019 e 2022.

A perfeita integração entre a secretaria e a companhia, com a efetiva união de esforços e experiência de seus integrantes, foi o que permitiu o planejamento e a execução desse trabalho que se reveste de um profundo caráter social, principalmente nos tempos atuais.

Mais ainda no período especial que atravessamos nos últimos dois anos em função da pandemia, quando a necessidade de prover moradia popular para as famílias mais necessitadas se tornou ainda mais imperativa e não permitia qualquer tipo de interrupção.

Nos momentos mais críticos da Covid-19, quando a secretaria e a CDHU tinham que encontrar saídas para seguir com sua missão de sortear, construir e entregar moradias para as camadas mais vulneráveis, outro componente dessa questão entrou em pauta: a urgência de continuar mantendo o ritmo nos canteiros de obras para gerar empregos e contribuir para a economia.

Com empenho e criatividade dos profissionais que conosco trabalham conseguimos contornar os impedimentos trazidos pela pandemia e seguir firmes no combate às demandas habitacionais, não apenas dando sequência aos programas já existentes, como lançando outros, ampliando assim o atendimento habitacional do Estado.

Os obstáculos enfrentados pelo setor nos últimos anos foram agravados pela necessidade de compensar com recursos estaduais devido às dificuldades orçamentárias do governo federal na área da habitação.

Buscamos atingir nossas metas e encontrar alternativas eficazes para atender as famílias mais necessitadas. Dentre as novas iniciativas que estão detalhadas neste balanço, o programa Nossa Casa merece destaque. Ele passou a ser a grande marca da atuação governamental em nossa área e alcançou resultados muito positivos com sua fórmula de integração com a iniciativa privada.

Também vale destacar a criação de programas especiais para alcançar os extremos da população em estado de carência, como é o caso do Vida Digna, voltado para transferir famílias que vivem em palafitas no litoral para unidades habitacionais de qualidade. Este é o caso também do Viver Melhor, que recupera, por meio de reformas, imóveis degradados em núcleos na periferia das regiões metropolitanas e os prepara para a obtenção do direito de propriedade.

E o Vida Longa, que promove a construção de residenciais para idosos que vivem em situação de vulnerabilidade.

A questão da regularização fundiária dos imóveis das famílias carentes que vivem muitas vezes décadas sem ter a propriedade legal de suas moradias ganhou um grande impulso nesta gestão. O programa Cidade Legal promove a legalização dos imóveis e tem sido um instrumento muito importante para proporcionar segurança jurídica e benefícios diversos para milhares das famílias. Na atual administração o Cidade Legal obteve a marca recorde de mais de 100 mil famílias beneficiadas.

O registro de nossas ações no período está expresso nas páginas que se seguem. Já foram entregues mais de 45 mil unidades e outras 35 mil encontram-se em obras.

Além disso por meio de diversas ações e parcerias em andamento beneficiamos cerca de outras 55 mil famílias. Com esses programas e ações atingimos as metas fixadas no início da atual gestão, além de criar as condições para que o Estado continue sua missão de ampliar o direito à moradia digna para as camadas mais vulneráveis da população.

Flavio Amary
Secretário de Estado da Habitação

Mudanças que agilizam o atendimento

O trabalho que realizamos em conjunto com a Secretaria de Estado da Habitação de 2019 a 2022 foi marcado principalmente pela reestruturação da CDHU e por transformações em sua estrutura que a levaram a uma nova fase de sua história de seis décadas voltada para o atendimento habitacional.

As mudanças trouxeram maior agilidade à companhia que, com a racionalização de seu quadro funcional, alteração de procedimentos e novos recursos, pôde acelerar sua produção e ampliar sua atuação na provisão de moradias e atendimentos habitacionais, além de criar uma nova área em sua estrutura, a CDHU Serviços.

Com esse novo ramo operacional a CDHU passou a realizar trabalhos de engenharia e outros para vários órgãos governamentais da administração direta e indireta, tais como avaliações, consultorias, gerenciamento e fiscalização de convênios, administração de edifícios, projetos de engenharia e restauro, por exemplo.

Esses trabalhos vieram se somar ao eixo principal de nossa atuação tradicional, a produção de casas populares e o desenvolvimento urbano, com intervenções para promover a melhoria socioambiental em núcleos precários. Esse ponto central de nosso trabalho também foi impulsionado de forma significativa pelas transformações que conseguimos imprimir no funcionamento da companhia, que passou por um processo de modernização e de agilização de seus negócios.

Ressalte-se, também, a adequação da CDHU aos tempos da pandemia, quando novos métodos foram implantados para superar os obstáculos que surgiram nos últimos dois anos e que agravaram ainda mais a situação financeira de muitas famílias, que ficaram inadimplentes ou de candidatos com dificuldades para adquirir sua casa própria. Para eles, a companhia estruturou sistemas especiais de acordos e facilidades de pagamentos, assim como promoveu uma nova política de juros zero para o financiamento de suas moradias.

Para imprimir maior rapidez à conclusão dos empreendimentos um novo sistema de construção foi implantado, com a divisão da construção em duas fases na modalidade Nossa Casa-CDHU. Na primeira, são realizados blocos de lotes com a implantação de toda a infraestrutura e na segunda etapa são edificadas as moradias dos conjuntos habitacionais. Isso permitiu que as obras tanto de preparação dos terrenos, assim como as de edificação das casas ganhassem maior celeridade, garantindo entregas em prazos menores e em maior número.

Também com o objetivo de ganhar tempo na nossa permanente luta contra o déficit habitacional, iniciamos o Programa de Crédito Associativo que vai permitir uma nova parceria com entidades e com empresas privadas que já tenham projetos prontos para atender milhares de famílias de baixa renda que vivem em cidades da região metropolitana de São Paulo. E as famílias que atualmente recebem auxílio moradia, passam a ter o financiamento da CDHU na aquisição de suas casas definitivas, sem acumular aluguel e prestação.

Igualmente, merece destaque dentre as nossas realizações recentes a implantação de novos programas destinados a encontrar alternativas para casos específicos de inadequação habitacional, como o Viver Melhor, de reforma de moradias da periferia; o Viva Digna, para transferir para unidades novas as famílias que vivem em palafitas e o Vida Longa que abriga idosos vulneráveis em condomínios especiais.

Da mesma forma, vale destacar outras iniciativas como a urbanização de favelas e de assentamentos precários e intervenções diversas em áreas carentes que são realizadas pela companhia e sempre envolvem a mobilização dos profissionais da empresa, que realizam um trabalho de enorme valor social e para os quais registro aqui meu reconhecimento.

Silvio Vasconcellos
Presidente da CDHU

HABITAÇÃO NA PANDEMIA

Habitação na Pandemia

Ações práticas adotadas
para manter o ritmo de entregas
de casas, obras, sorteios,
regularização e serviços digitais

A Secretaria de Estado da Habitação e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) desenvolveram, durante a fase mais crítica da pandemia, processos práticos para manter o ritmo das obras em todo o Estado.

Entre as ações estão os sorteios eletrônicos de moradias, as entregas administrativas de empreendimentos, os serviços de regularização fundiária, o programa Juros Zero, voltado para os mutuários numa política de acordos para os que estavam inadimplentes e serviços digitais através do Poupatempo digital.

SORTEIOS

Uma série de sorteios eletrônicos foi realizada pela CDHU. Famílias se inscreveram em 134 municípios paulistas. Mais de 12 mil imóveis foram sorteados.

Para evitar aglomerações, a seleção dos inscritos foi feita eletronicamente, sem a presença do público e com transmissão ao vivo de um estúdio montado na sede da Companhia, no centro de São Paulo. Também ocorreram sorteios semipresenciais.

OBRAS

As obras continuaram em andamento, sendo mantidos os serviços e os cronogramas de obras públicas das cerca de 35,7 mil casas em construção no Estado de São Paulo via CDHU e com aporte da Casa Paulista, sempre com a adoção de medidas sanitárias de proteção à saúde.



As obras tiveram sequência na pandemia, mas com adoção de medidas sanitárias

ENTREGAS

A Secretaria da Habitação deu sequência à entrega de moradias concluídas da CDHU e da Casa Paulista, evitando aglomerações. A assinatura de contrato e entrega de chaves foram feitas de forma individualizada em horários escalonados e previamente estabelecidos.

Os beneficiados receberam máscaras, luvas e caneta para a assinatura do contrato. A distância mínima de dois metros foi observada e houve a distribuição de álcool em gel. Os técnicos passaram a usar máscaras e luvas. A CDHU também ofereceu vantagens para mutuários inadimplentes regularizarem seu financiamento da casa própria.



As entregas das chaves foram realizadas evitando as aglomerações

Apoio à realização do sonho da casa própria



















RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS

A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) desenvolve campanhas periódicas destinadas à regularização de débitos a fim preservar a propriedade do imóvel para o mutuário. A pandemia tornou ainda mais importante essa ação, uma vez que muitos moradores sofreram queda de renda ou perderam o emprego e tiveram dificuldade para quitar as suas mensalidades nesse período.

Sensível a esse quadro, a CDHU decidiu oferecer acordos em condições especiais de pagamento para os mutuários regularizarem suas dívidas. Em linhas gerais, os moradores que estavam com parcelas atrasadas a partir de janeiro de 2020 em razão da pandemia e não possuem acordo anterior podem parcelar suas dívidas sem entrada, juros e multa até o prazo final do contrato. Outra opção é pagar o débito à vista sem juros e multa.

A CDHU também ofereceu uma oportunidade para aqueles mutuários que deixaram de quitar suas parcelas a partir de janeiro de 2020 em função da pandemia e que possuem acordo anterior a esta data com a companhia.



Mutuários inadimplentes ganham nova opção da CDHU para a regularização do débito

Para esse grupo, foi oferecida a possibilidade de suspensão das prestações atrasadas durante a pandemia e pagá-las sem juros e multa ao final do contrato. Neste caso, igualmente é possível fazer o pagamento à vista do débito sem juros e multa.

Outra decisão importante da CDHU: determinou a suspensão de todas as ações de cobrança, de cunho administrativo ou judicial e interrompeu os procedimentos de reintegrações de posse.

Para mais informações: site www.cdhu.sp.gov.br ou Alô CDHU pelo número 0800 000 2348.

POUPATEMPO DIGITAL

O Governo de São Paulo lançou o aplicativo "Poupatempo Digital", oferecendo 60 serviços públicos diferentes pelo celular, dos quais nove referem-se à CDHU: 2ª via de boletos, acordo, boleto agrupado, carnê, inscrições e programas habitacionais, seguro, saldo devedor, tranferência de titularidade e situação financeira.

A ferramenta possibilita que cidadãos de todo o Estado acessem os serviços digitais sem a necessidade de deslocamento aos postos físicos.



Nove serviços da CDHU foram oferecidos via acesso digital

FINANCIAMENTOS

A Secretaria da Habitação zerou a taxa de juros para todos os financiamentos habitacionais concedidos a partir de março de 2020 pela CDHU na aquisição da casa própria para famílias com renda mensal de até 5 salários mínimos.

Outra mudança foi a fixação de 20% como limite de comprometimento da renda familiar durante o financiamento, garantindo segurança e previsibilidade para o pagamento das mensalidades em um valor fixo durante os 30 anos de contrato, acrescidas apenas da correção monetária. E houve a troca do índice de correção das prestações, do IPC-Fipe pelo IPCA-IBGE.

Essas condições oferecidas pela CDHU para os seus mutuários são únicas e excepcionais, sendo muito mais vantajosas do que qualquer linha de financiamento do mercado para aquisição da casa própria.

GRAPROHAB

O trabalho remoto também foi implantado para os servidores do Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais (Graprohab) para garantir a continuidade dos serviços do órgão responsável pelas aprovações de loteamentos, empreendimentos e conjuntos habitacionais e condomínios para fins residências, bem como proteger a saúde dos funcionários.

As reuniões do órgão colegiado que congrega Sehab, Cetesb, DAEE e Sabesp foram mantidas, por teleconferência, e os resultados publicados no twitter e site da secretaria.



A continuidade dos serviços do Graprohab também foi por trabalho remoto



Os documentos do processo de regularização passaram a ter tramitação eletrônica

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Paralelamente, a Secretaria da Habitação passou a digitalizar os processos para fazer a tramitação eletrônica com os cartórios de registro de imóveis de todos os documentos do processo de regularização fundiária.

A medida garantiu a continuidade das ações do Programa Cidade Legal e da CDHU, com o fechamento do atendimento presencial dos cartórios em função da pandemia.

Outra medida foi a implantação do trabalho remoto dos funcionários para evitar o contato social, mas garantindo o andamento dos processos, o atendimento às prefeituras e a integração com os consórcios contratados.

A pandemia foi um obstáculo, mas não impediu a Secretária da Habitação/CDHU de cumprir sua missão.

(Na realização das ações, os protocolos sanitários foram cumpridos rigorosamente)









PRODUÇÃO HABITACIONAL

Produção Habitacional

Mais de 45 mil moradias entregues e 35 mil em produção, beneficiando a população que mais precisa

Mesmo diante crise econômica e sanitária gerada pela pandemia da Covid-19, a produção habitacional da Secretaria da Habitação, nesta gestão, foi de 45,6 mil moradias entregues até dezembro de 2022 e de 35,7 mil em construção.

As unidades habitacionais beneficiam famílias de baixa renda que não teriam acesso a um bem tão precioso que é a moradia digna. Por isso, mesmo diante desse período especial, a determinação do governo do Estado foi não parar a produção e prosseguir com empenho no atendimento dessa população vulnerável, que mais do que nunca necessita de um teto.

Essas 45,6 mil moradias foram entregues pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e a Agência Casa Paulista, braços operacionais da Secretaria de Estado de Habitação. Estão incluídas nesse total outras 1.400 unidades da Parceria Público-Privada (PPP do Centro).

Mas não é só isto, além de reduzir o déficit habitacional, a Secretaria da Habitação cumpre um outro papel: o combate ao desemprego. Com essas moradias foi possível também gerar 311 mil empregos diretos, indiretos e induzidos (método Abrainc), estimulando a economia dos municípios.

Estão em produção 35,7 habitações pela CDHU e a Casa Paulista, além de 692 unidades da PPP do Centro.



A Secretaria da Habitação não parou a produção e manteve o atendimento à população carente



Os programas beneficiam famílias de baixa renda que conquistam moradias dignas

Além da produção de moradias, a Secretaria de Habitação investe também na regularização fundiária para famílias que vivem em loteamentos e núcleos irregulares possam conquistar o título de propriedade de seus imóveis.

Foram regularizados pelo programa Cidade Legal 94,1 mil imóveis em 237 municípios. O investimento em regularização foi de R$ 200 milhões. Entre 2019 e 2022 a regularização de 221 conjuntos da CDHU atingiu 40,6 mil domicílios.

Também tem sequência o desenvolvimento de diversos programas da CDHU visando a melhoria da qualidade de vida da população, apoio ao crédito, entre os quais a urbanização de domicílios, auxílio moradia, trabalho técnico social e vários outros serviços.



Desde dezembro de 2021 as novas casas da CDHU são entregues equipadas com um kit de eletrodomésticos do programa Casa Pronta (geladeira, fogão e forno micro-ondas) contemplando as famílias com renda mensal de até três salários mínimos.



PROGRAMA NOSSA CASA



Programa Nossa Casa

Com suas três modalidades
o Nossa Casa se transformou
na principal marca
da Habitação na atual gestão

O Programa Nossa Casa foi criado em agosto de 2019 com o objetivo de reduzir o déficit habitacional por meio de parcerias entre o Estado de São Paulo, prefeituras e a iniciativa privada para fomentar a produção de moradias de interesse social em terrenos públicos para famílias de baixa renda. Esse programa é executado nas seguintes modalidades:

Nossa Casa-CDHU

Destinado a atender preferencialmente famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos, os empreendimentos são construídos em duas etapas pela CDHU em parceria com os municípios que doam o terreno.

Na primeira fase, é realizada a urbanização dos lotes. Na segunda fase as moradias são construídas.

Foram entregues 550 unidades habitacionais em 18 municípios. Estão em obras 6.529 uhs em 64 municípios e programadas 619 uhs em 6 municípios. O investimento é de R$ 1,04 bilhão.

O financiamento dos imóveis segue os critérios da CDHU e as novas diretrizes da Política Habitacional do Estado, que preveem juros zero para famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos. Assim, os mutuários pagam praticamente o mesmo valor ao longo dos trinta anos de contrato, que sofre apenas a correção monetária anual calculada pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado), o índice oficial do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).



Início dos trabalhos para a construção de 128 casas em Iguape, no Vale do Ribeira

A Secretaria de Estado da Habitação autorizou, em fevereiro de 2022, o início da construção de 128 casas no município de Iguape, no Vale do Ribeira. As obras do empreendimento Iguape F serão executadas pelo novo formato da modalidade do programa Nossa Casa-CDHU.

Nesta primeira etapa serão investidos R$ 4,5 milhões na urbanização dos lotes, com a implantação de rede de água e esgoto, drenagem, terraplenagem, pavimentação, entre outros itens. Na fase seguinte, terá início a construção das moradias. Anteriormente, o conjunto seria produzido e financiado pela Caixa Econômica Federal. Para conferir mais agilidade, a CDHU assumiu as obras.

Nossa Casa-Preço Social



Em Jaguariúna, foi autorizada pelo Governo do Estado a construção de empreendimento com 384 apartamentos na modalidade Nossa Casa – Preço Social em terreno doado pela prefeitura. Um terço das moradias será destinado a famílias com renda de até três salários mínimos pelo preço social de R$ 100 mil. As demais unidades serão comercializadas a preço de mercado.

Nessa modalidade, as prefeituras fazem a oferta dos terrenos e, por meio de licitação pública, é definida a empresa privada responsável por desenvolver o empreendimento.

Parte das unidades habitacionais é destinada a "preço social", ou seja, com valor bem reduzido em relação ao preço normal, para famílias baixa renda, com cotas específicas para residentes em áreas de risco, e também para famílias que recebem auxílio aluguel municipal.

Os valores dos imóveis a "preço social" são fixados conforme critério populacional na cidade de São Paulo, nas regiões metropolitanas, munícipios acima de 250 mil habitantes e abaixo de 250 mil habitantes. Foram contratadas 14.061 casas de 33 municípios, com recursos de R$ 351,5 milhões da Casa Paulista.

O restante das unidades habitacionais é comercializado pela empresa a preço de mercado.

Nossa Casa-Apoio



O cheque moradia é um subsídio para que famílias de baixa renda abatam o valor final do imóvel

Fornece cheque moradia de até R$ 40 mil a famílias com renda mensal de até três salários mínimos para aquisição de moradias em empreendimentos aprovados pela Secretaria de Estado da Habitação.

Aportes concluídos: 8.966 uhs em 29 municípios. Aportes em andamento: 30.126 uhs em 67 municípios. Aguardando agente financeiro: 478 uhs em 3 municípios. Total: 39.570 uhs em 99 municípios, com R$ 450,1 milhões de investimentos.

O cheque moradia é um subsídio concedido pelo Governo do Estado, por meio da Casa Paulista, para as famílias efetivarem a compra do imóvel, junto às construtor as. Esse subsídio é usado para abater o valor final na assinatura do contrato de financiamento habitacional.

O comprador pode contar ainda com subsídios federais e utilizar o FGTS no financiamento habitacional, quando disponível. Desta forma, o valor das prestações fica compatível com a capacidade de pagamento das famílias.



Em Itapetininga, apoio na compra da casa própria

O município de Itapetininga recebeu, em novembro de 2021, um novo conjunto habitacional: o Residencial Vida Nova Itapetininga. O empreendimento contou com R$ 7,4 milhões de aporte de recursos da Secretaria da Habitação, por meio da modalidade Nossa Casa – Apoio para fomentar a construção de 572 moradias.

A verba foi disponibilizada na forma de subsídio para que as famílias de baixa renda efetivem a compra do imóvel, junto às construtoras. Esse aporte é usado para abater o valor final do contrato de financiamento.

O residencial é composto de 1.120 casas com dois dormitórios e área construída de 45,47 m². Os imóveis que receberam recursos da Secretaria estão distribuídos nos empreendimentos Vida Nova Itapetininga 2,3,4 Modulo II (132 unidades), Modulo III (147), Modulo IV (117) e Vida Nova Itapetininga III Fase II (176).

APOIO AO CRÉDITO HABITACIONAL - CCA

Apoio ao Crédito Habitacional– CCA

Inovador, o novo programa vai propiciar atendimento para 16.796 famílias oriundas de áres de risco.

Lançado em agosto de 2022 com o objetivo de tornar o processo de atendimento habitacional mais eficiente, ágil e desburocratizado, sem abrir mão da segurança, o Programa de Apoio ao Crédito Habitacional na modalidade Carta de Crédito Associativo inova na oferta de um sistema de comercialização prévia de imóvel na planta. As unidades vão atender preferencialmente famílias que recebem auxílio moradia do Governo de São Paulo ou que estão cadastradas por entidades sem fins lucrativos.

A Secretaria de Estado da Habitação, por meio da Agência Casa Paulista, repassará recursos para a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) objetivando a construção de unidades habitacionais na Grande São Paulo. No Estado, serão 62 projetos habitacionais, beneficiando 16,8 mil famílias.

O programa tem como detalhes da modelagem de atendimento habitacional a realização de inscrições antes da implantação do empreendimento porque o projeto está licenciado. Dessa forma, as famílias já possuem o título de aquisição do imóvel devidamente legalizado, sem processo de regularização posterior. Ou seja: as habitações estão regularizadas e registradas.

As unidades habitacionais são destinadas preferencialmente a famílias com renda mensal bruta de até 10 salários mínimos que recebem o auxílio moradia do Governo de São Paulo, oriundas de áreas de risco, ou beneficiárias de entidades sem fins lucrativos com compromisso de atendimento de chamamentos públicos realizados pela CDHU.



A Secretaria de Estado da Habitação promoveu, em agosto de 2022, o início da concessão da carta de crédito para mais de mil famílias de baixa renda habilitadas pelo Programa de Apoio ao Crédito Habitacional financiarem a aquisição de seus imóveis em empreendimentos no bairro do Sacomã (zona sul da Capital), Embu das Artes, Santo André e São Bernardo do Campo. O evento, realizado no Memorial da América Latina, recebeu grande presença de beneficiados.

As moradias terão valor máximo de crédito concedido pelo Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social (FPHIS) de até R$ 180 mil e serão financiadas de acordo com os critérios da CDHU e das novas diretrizes da Política Habitacional do Estado, que preveem juro zero e comprometimento da renda de 20% com o pagamento das parcelas mensais do financiamento de 30 anos.

Caberá ao Governo do Estado arcar com todas as despesas do financiamento, como o pagamento do imposto ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis), registro do imóvel em cartório e o seguro de morte ou invalidez permanente durante a obra, garantindo tranquilidade para as famílias.

A Secretaria da Habitação já liberou R$182,8 milhões para as primeiras cartas de crédito que atenderão 1.016 famílias com a casa própria. As unidades serão erguidas no bairro do Sacomã, na Capital, em Embu das Artes, Santo André e São Bernardo do Campo.

No Sacomã, será construído o Condomínio Conviva Residencial Aratimbó, na rua Aratimbó, 389, Vila Livieira, no Sacomã, zona sul de São Paulo. O empreendimento terá duas torres com apartamentos de dois dormitórios, sala, banheiro, cozinha, área de serviço e área privativa de 51,80 m², com playground, salão de festas e bicicletário.



O programa tem como detalhe de atendimento habitacional a realização de inscrições antes da implantação do empreendimento.

Em Embu das Artes, serão construídos quatro residenciais (Premium I, Premium II, Selection I e Selection II), localizados na Av. João Paulo I, Jardim São Luiz. Os apartamentos terão dois dormitórios, sala, banheiro, cozinha, área de serviço e área privativa de 48,31 m² e área comum com churrasqueira, playground e salão de festas.

Santo André receberá o Residencial Clara, situado na rua Clara s/n com apartamentos de dois quartos, sala, banheiro, cozinha, área de serviço e área privativa de 55,61m², além de playground, quadra esportiva, salão de festas, área PET (animais domésticos), horta comunitária, academia e brinquedoteca.

O Residencial Cooperativa II será erguido em São Bernardo do Campo, na Estrada Particular Eiji Kikuti, Alvarenga. Com dois dormitórios, sala, banheiro, cozinha, área de serviço, os apartamentos terão de 48,83 a 49,83 m² de área privativa, playground, quadra poliesportiva e salão de festas.

Todos os empreendimentos contam também com portaria automatizada, garagem e captação de água pluvial para reuso.

PROGRAMA VIVER MELHOR

Viver Melhor

Programa Viver Melhor

Objetivo é promover a recuperação interna e externa de casas inadequadas que estão em assentamentos precários regularizados ou em vias de regularização.

O programa Viver Melhor, pioneiro no país, foi lançado pela Secretaria de Estado da Habitação e pela CDHU em 2021, durante a pandemia, para promover a recuperação interna e externa de domicílios em situação de inadequação habitacional, localizados em assentamentos precários.

O objetivo é assegurar a estes imóveis condições de habitabilidade, salubridade e acessibilidade para famílias com renda de até 5 salários mínimos por meio da execução de serviços pela CDHU, sem custo para as famílias. Os recursos, de R$ 350 milhões, são da agência de fomento Casa Paulista.

O programa já está contemplando 5O núcleos de 34 municípios e beneficiando cerca de 17,5 mil moradias precárias e em situação de inadequação habitacional. Mais de 2 mil casas ja foram recuperadas. O investimento total é de R$ 350 milhões.

Eis alguns exemplos da execução do Viver Melhor: colocação de piso, revestimento, instalação de esquadrias, impermeabilização, restauração de telhados, reparos de drenagem, ausência ou reparos de equipamentos hidráulicos e instalações elétricas, precariedade na conexão com rede de abastecimento de água e coleta de esgoto, melhorias em acessos e áreas comuns do núcleo habitacional, solucionar problemas como cômodos sem ventilação, umidade e paredes desgastadas.



Domicílios em situação de inadequação habitacional, localizados em assentamentos precários, têm recuperação externa e interna. É o caso de mil atendidos no bairro de Heliópolis, em São Paulo. As fachadas das casas são recuperadas e ganham pintura colorida.





Internamente, a recuperação dos imóveis é importante para assegurar condições de salubridade e acessibilidade. Como nestes cômodos do bairro DER, em São Bernardo do Campo. O serviço é da CDHU, sem custo para a família.



As fachadas das casas também são recuperadas e ganham pintura colorida projetada para revitalizar a paisagem local.

O programa também vai avançar na regularização fundiária dos imóveis passíveis de legalização, garantindo o título de propriedade a seus ocupantes.
As áreas selecionadas situam-se nas regiões metropolitanas do Estado e no Vale do Ribeira. Estão excluídos os locais de risco e de proteção ambiental.



Mulheres reformam casas em Mogi das Cruzes

Quatro moradoras do núcleo Vila Nova Estação, em Mogi das Cruzes, formadas no curso de capacitação em serviços de construção civil ministrado pela empresa social Concreto Rosa em parceria com a CDHU, estão sendo absorvidas na recuperação interna e externa de domicílios da comunidade.
No total já são 15 mulheres formadas que receberam seus certificados em setembro de 2022. O curso, de 10 dias, é realizado em creche da prefeitura reformada pelas próprias alunas. Cada aluna recebe um kit de ferramentas e ajuda de custo de R$ 200.

Áreas de atuação do Viver Melhor

O programa Viver Melhor avança nas ações visando recuperar interna e externamente domicílios em situação de inadequação habitacional localizados em assentamentos precários e já está atuando em mais de 17 mil imóveis, contemplando 50 núcleos de 34 municípios do estado de São Paulo.

Álvares Machado - Jd. Panorama - 60 domicílios
Anhumas - Jd. Esplanada - 50 domicílios
Bertioga - Ilha IV - 200 domicílios
Caieiras - Amábile Della Mare – 319 domicílios
Carapicuíba – Cadaval – 121 domicílios
Campo Limpo Paulista - São José – 181 domicílios
Canas - Dona Ana – 70 domicílios
Canas - São Judas - 30 domicílios
Cubatão - Vila Nova Esperança - 150 domicílios
Cubatão - Vila dos Pescadores - 135 domicílios
Diadema – Mulford - 323 domicílios
Guarujá – Três Marias - 150 domicílios
Guarulhos - Vila Cristina – 38 domicílios
Guarulhos - Jd. Cristina - 197 domicílios
Guarulhos - Jd. Jovaia II - 165 domicílios
Itanhaém – Maranata - 200 domicílios
Jundiaí - Novo Horizonte – 400 domicílios
Lorena - Otto Ude – 48 domicílios
Mairiporã - Parque do Moinho -88 domicílios
Martinópolis - Jd. Alegrete - 70 domicílios
Martinópolis - Pq. Oásis - 20 domicílios
Mirante do Paranapanema - Costa Machado - 55 domicílios
Mogi das Cruzes - Vila Nova Estação – 350 domicílios
Mogi das Cruzes – Jundiapeba – 200 domicílios
Mogi das Cruzes - Vila Nova União – 200 domicílios
Mongaguá – Tiradentes - 100 domicílios
Mongaguá - Atlântica - 100 domicílios
Osasco - AE/Jd. Veloso - 600 domicílios
Peruíbe - Antônio Novaes - 200 domicílios
Piquerobi – Cruzeiro - 40 domicílios
Presidente Epitácio - Vila Martins - 90 domicílios
Presidente Prudente - Francisco Bello Galindo - 200 domicílios
Registro - Vila da Palha – 50 domicílios
Registro - Vila Nova Registro – 50 domicílios
Ribeirão Preto - Vitória (Campos do Jordão) - 104 domicílios
Ribeirão Preto - Nuporanga- 63 domicílios
Ribeirão Preto - Ubatuba- 66 domicílios
Santo André - ABB - fase 1 e 2 - 364 domicílios
São Bernardo do Campo - DER - fase 1 e 2 - 573 domicílios
São Carlos - Jd. Gonzaga - 232 domicílios
São Paulo – Heliópolis -1.600 domicílios
São Paulo – Paraisópolis - 880 domicílios
São Paulo - Jd. Canaã – 300 domicílios
São Paulo - Alpes do Jaraguá – 200 domicílios
São Paulo - Sol Nascente - 200 domicílios
São Paulo – Cachoeirinha – 251 domicílios
São Paulo - Jd. Piratininga/Cangaíba – 251 domicílios
São Sebastião - Vila do Zé Mineiro – 24 domicílios
São Sebastião - Rua Itaipava – 37 domicílios
São Vicente – Charm - 200 domicílios
Sorocaba - Pq. Laranjeiras - fase 1 e fase 2 - 445 domicílios
Teodoro Sampaio - Planalto do Sul - 50 domicílios



As fachadas das moradias do bairro DER, em São Bernardo do Campo, também estão sendo recuperadas, ganhando pintura colorida para revitalizar a paisagem local.



Melhorias em acessos e áreas comuns do núcleo habitacional, como o de Heliópolis, são alguns dos serviços executados por meio do programa Viver Melhor.

PROGRAMA VIDA DIGNA



Programa Vida Digna

Famílias que vivem em palafitas e áreas inundáveis degradadas serão transferidas para novos empreendimentos em Cubatão, Guarujá, Santos, São Vicente e Praia Grande

Com investimento de R$ 600 milhões do Governo de São Paulo, o Programa Vida Digna promoverá a transferência de cerca de 3,9 mil famílias oriundas de palafitas e áreas inundáveis degradadas para novos empreendimentos nos municípios de Cubatão, Guarujá, Santos, São Vicente e Praia Grande, na Baixada Santista.

Lançada em agosto de 2021, a iniciativa proporcionará às famílias que vivem em situação de extrema vulnerabilidade uma moradia digna e qualidade de vida. O processo de reassentamento também prevê a recuperação socioambiental, requalificação e revitalização das áreas ocupadas por palafitas na orla do estuário de Santos.

Em novembro de 2021 houve o lançamento das obras de construção de 140 casas populares do conjunto Santos Y – Bananal, que está a cargo da CDHU. Também estão em construção 580 moradias em Guarujá, 100 em Praia Grande, 228 em São Vicente, 116 em Cubatão e mais 300 em Santos. No total são 1.464 domicílios.

O programa já causa forte impacto social em função de atender os moradores de palafitas e áreas degradadas.

O Vida Digna contará com apoio dos municípios na liberação de terrenos, remoções, trabalho social e recuperação das áreas degradadas, desocupadas, permitindo a prevenção de novas ocupações irregulares.



As obras de construção do conjunto Santos Y – Bananal, que terá 140 apartamentos, estão em andamento. O programa beneficia famílias oriundas de palafitas e áreas degradadas.

Caberá ainda às prefeituras a gestão do uso e ocupação do solo, licenciamento e regularização urbanística e fundiária, articulação de investimentos em drenagem, saneamento, educação, saúde, cultura e criação de áreas de lazer.

O programa Vida Digna irá retirar a população do contato direto com os vetores que causam doenças transmitidas no ambiente insalubre. A remoção das ocupações irregulares também contribuirá para a redução dos problemas de lixo e esgoto das áreas de palafitas situadas em manguezais do estuário.



No Guarujá serão contruídas 1.264 moradias. Já estão em obras 340 unidades no empreendimento Enseada/Cantagalo.

Áreas de atuação do Vida Digna:

Cubatão
AB - Vila Esperança Fase 1 – 116 unidades habitacionais
AB – Vila Esperança Fase 2 – 894 unidades habitacionais
TOTAL – 1.010 unidades habitacionais

Guarujá
Guarujá J Pq. Da Montanha – 240 unidades habitacionais
Guarujá Ó Enseada/Cantagalo – 340 unidades habitacionais
Guarujá G – 684 unidades habitacionais
TOTAL – 1.264 unidades habitacionais

São Vicente
Bitaru – 228 unidades habitacionais e 106 cartas de crédito adicionais.
TOTAL – 334 unidades habitacionais

Praia Grande
Marília – 20 unidades habitacionais
Silmara II – 40 unidades habitacionais
Sítio do Campo – 40 unidades habitacionais
TOTAL – 100 unidades habitacionais

Santos
Santos AB I – Prainha II – 574 unidades habitacionais
Santos Y - Bananal – 140 unidades habitacionais
Santos Z– Jabaquara – 300 unidades habitacionais
TOTAL – 1.014 unidades habitacionais

PROGRAMA VIDA LONGA

Programa Vida Longa

Idosos que vivem sozinhos, em situação de vulnerabilidade, são beneficiados por casas projetadas para atender suas necessidades

O programa Vida Longa promove a construção de residenciais especialmente projetados para atender as necessidades habitacionais de idosos que vivem sozinhos, em situação da de vulnerabilidade, com áreas comuns para estimular a convivência e a sociabilização.

Esse programa é um aperfeiçoamento do antigo Vila Dignidade que entre 2010 e 2016 implantou 17 empreendimentos somando 334 moradias distribuidas em 17 municípios.

Constam no projeto itens de segurança e acessibilidade, como barras de apoio, pias e louças sanitárias em altura adequada, portas e corredores mais largos, interruptores em quantidade e altura ideais, alarmes de emergência sonoros e luminosos, piso antiderrapante, entre outros.

Recursos de acessibilidade também são instalados nas áreas comuns para facilitar a locomoção e dar segurança e conforto ao idoso.

O Vida Longa traz ainda um conceito que busca agregar elementos que facilitem todo o processo de socialização dos moradores.

Os residenciais, em condomínios de no máximo 28 unidades, possuem espaços comuns para convivência e lazer, com salão com refeitório e área para assistir televisão, churrasqueira e forno a lenha, aparelhos para atividade física, mesa de jogos, bancos de jardim, horta elevada e paisagismo.



O residencial em Bauru tem 22 moradias.



O residencial em Bastos tem 20 moradias.

O programa atende pessoas com 60 anos ou mais, que preferencialmente sejam sozinhas, expostas à situação de vulnerabilidade em razão de vínculos fragilizados e risco social e sem acesso à moradia.



Os conjuntos têm espaços comuns para convivência e lazer, com salão com refeitórios e área de TV, como o de São Roque.

Como requisito, os idosos beneficiários não podem ter renda que ultrapasse dois salários mínimos, devem residir há pelo menos dois anos no município, além de terem autonomia para realizar tarefas diárias.

Já foram entregues na gestão os residenciais de São Roque (20 casas), Bauru (22), Barretos (28) e Bastos (20).

Estão em andamento 516 unidades: Bragança Paulista (28), Duartina (28), Guaratinguetá (28), Santa Bárbara d'Oeste (28), São José do Rio Pardo (26), Garça (26), Tietê (28), Catanduva (28 casas), Ibitinga (22), Santa Cruz do Rio Pardo (28), São Carlos (22) e Cerquilho (28). Estão em projeto: Rio Claro (28), Boituva (28), Pederneiras (28), Olimpia (28), Araçatuba (28), Americana (28), Salto de Pirapora (28) e Pederneiras (28). Novos convênios: Socorro (14), Salto (24), Capão Bonito (26), Atibaia (24) e Tatuí (22). Investimento: R$ 145,6 milhões.

O Vida Longa é uma ação conjunta entre a Secretaria de Estado da Habitação, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, articulada com os municípios paulistas interessados.

As cidades participantes são responsáveis pela indicação dos beneficiários potenciais, pela doação de terrenos e pelas gestão e manutenção dos empreendimentos. O investimento é a fundo perdido e o morador não paga taxa de ocupação, nem contas de água e luz.



Cada conjunto habitacional, como o de São Roque, tem até 28 imóveis de área privativa distribuída em cozinha, sala de estar e dormitório conjugados, banheiro, área de serviço e espaço externo comum com churrasqueira, forno a lenha, aparelhos para atividade física etc.



Vista áerea do Residencial Barretos

MORADIA INDÍGENA E MORADIA QUILOMBOLA

Programas Moradia Indígena e Moradia Quilombola

Melhorar as condições de vida dessas populações pela oferta de moradias adequadas aos hábitos culturais das comunidades

Programa Moradia Indígena

A CDHU vem apresentando soluções habitacionais para as terras indígenas desde 2002 por meio do Programa de Moradia Indígena, que visa a melhoria da qualidade de vida desta população. O objetivo é substituir a habitação precária por uma casa nova, com tipologias adequadas aos usos e hábitos culturais de cada etnia. Desde sua implantação, o programa já entregou 582 unidades novas em 22 aldeias do estado de São Paulo.

Os investimentos são feitos a fundo perdido e atendem a uma causa muito especial: a preservação da cultura dos ancestrais indígenas, com habitações seguras e confortáveis, respeitando os hábitos de cada etnia.

A empresa iniciou, em setembro de 2021, a construção de 30 moradias para atender famílias da etnia guarani que vivem em cinco aldeias indígenas do Rio Silveira, localizada entre Bertioga e São Sebastião, no litoral norte de São Paulo. Foram entregues 10 unidades em agosto de 2022 e as demais 20 estão em conclusão.



Foram iniciadas em 2021 as obras de 30 casas para famílias da etnia guarani em Bertioga



Desde 2002 a CDHU vem apresentando soluções para as moradias indígenas

Em 2006, essa mesma reserva indígena recebeu 59 unidades habitacionais. O convênio assinado com a prefeitura de Bertioga prevê a construção de mais 30 unidades.

As casas, construidas em alvenaria, especialmente projetadas pela CDHU, respeitando os usos e hábitos culturais dos guaranis, terão 62 m² de área útil com uma sala conjugada com a cozinha, dois dormitórios, área de serviço e varanda com fogão a lenha. A cobertura terá telhas de barro e as paredes internas serão azulejadas. O projeto arquitetônico foi desenvolvido com a comunidade indígena e da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Estão sendo desenvolvidos projetos para atendimento em outras comunidades indígenas: Aldeia Takuary, em Eldorado (30 unidades); Aldeia Aguapeu, em Monguagá (10); terra indígena Piaçaguera, em Peruíbe (30); Aldeia Krucutu, em Parelheiros, SP (30) e Reserva Indígena Tekoa Gwyra Pepo, em Tapiraí (30). No total, 130 moradias serão construídas em etapas.

Programa Moradia Quilombola

O Programa de Moradia Quilombola da CDHU foi desenvolvido para dar melhores condições de vida às famílias de comunidades quilombolas, com soluções adequadas à origem, cultura e costumes. O público-alvo é composto por famílias moradoras em áreas remanescentes de Quilombos, com processo de titulação concluído, apoiados pelo ITESP.

Os projetos arquitetônicos e urbanísticos procuram respeitar e valorizar a cultura e os costumes das comunidades. As casas mantêm características rurais - têm fogões à lenha e varandas – traços comuns às moradias originais dos remanescentes.

O programa entregou entre 2019 e 2022, 190 moradias para comunidades dos municípios de Eldorado e Iporanga. Essas unidades substituíram as precárias casas sem infraestrutura em que viviam os quilombolas. Está programada a construção de mais 110 moradias em Eldorado.

Outras 206 casas, do projeto Quilombolas da Casa Paulista, foram entregues em Cananéia, Eldorado e Iporanga.



O objetivo é dar melhores condições de vida para famílias moradoras em áreas remanescentes de Quilombos



As moradias da CDHU substituíram as precárias casas sem infraestrutura

URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

Urbanização de Favelas e Assentamentos Precários

Melhorar as condições de moradia e promover a integração urbana e a qualificação socioambiental são os objetivos do programa, em duas as linhas de atuação: a urbanização de núcleos precários e o reassentamento de famílias de áreas de risco, proteção ambiental e intervenção de obras públicas

URBANIZAÇÃO DE FAVELAS

A atuação em favelas e assentamentos precários passíveis de urbanização e regularização, visa à melhoria das condições de moradia, integração urbana e qualificação socioambiental articulada ao desenvolvimento urbano.

O programa prevê a implantação de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos e regularização fundiária de núcleos precários, que são transformados em bairro. Quando possível, são construídas moradias no próprio local para reassentamento das famílias de áreas de risco ou de intervenção pública.

Estão em andamento três projetos de urbanização integrada: Pimentas, em Guarulhos; Jardim Santo André, em Santo André e Pantanal, em São Paulo.

O projeto Pantanal - com área de preservação ambiental (APA) de cerca de 1 milhão de m², ao longo da várzea do Tietê, na zona leste - é o maior programa de desfavelamento do Estado, desenvolvido e implementado pela SH/CDHU, beneficiando mais de 8 mil famílias. Na primeira etapa, 2,4 mil famílias receberam moradias e 2,3 mil, obras de urbanização. Atualmente, a regularização da área prossegue.



Hoje chamada de União Vila Nova, a região do Jardim Pantanal, junto à Rodovia Ayrton Senna, é apontada como maior modelo de reurbanização, beneficiando mais de 8 mil famílias.

REASSENTAMENTO HABITACIONAL EM ÁREAS DE RISCO E FAVELAS

O programa foi desenvolvido para atender famílias provenientes de remoções de áreas de risco, de favelas e assentamentos precários, em decorrência de ações de recuperação urbana, ambiental, habitacional e de implantação de obras públicas estruturantes.

A ação é realizada em parcerias com os municípios e prevê a erradicação das ocupações de risco e a recuperação das áreas de remoção.

As famílias removidas são reassentadas em unidades habitacionais construídas pela CDHU ou recebem cartas de crédito para financiamento de imóveis no mercado.



O programa prevê a implantação infraestrutura, equipamentos e serviços e regularização de núcleos precários que são transformados em bairros.

Favela Marte, de barracos à total transformação.







Em São José do Rio Preto, a comunidade Marte terá casas, praças, lojas, ruas compartilhadas e centro comunitário.

Em São José do Rio Preto, a CDHU participa do projeto de reassentamento de 239 famílias da comunidade Marte (antiga favela Vila Itália) em uma parceria coordenada pelo governo de São Paulo juntamente com Instituto Gerando Falcões, Instituto As Valquírias e a prefeitura municipal.

Durante o período de construção das novas moradias pela CDHU, as famílias beneficiadas receberão auxílio moradia. A revitalização da comunidade será feita com as 239 moradias, com investimento total de R$ 28 milhões. A favela foi demolida e realizadas as obras de terraplanagem. O plano prevê moradias, lojas, praças, ruas compartilhadas e centro comunitário, levando a uma total transformação às áreas.

MANANCIAIS BILLINGS GUARAPIRANGA

Projeto Mananciais Billings Guarapiranga

Recuperar e proteger
as represas, rios e córregos
utilizados no abastecimento
de águas das regiões
metropolitanas e
melhorar a qualidade
de vida da população

O projeto Mananciais Billings e Guarapiranga, estabelecido dentro das ações estratégicas integradas de Governo de São Paulo, tem como objetivo desenvolver operações visando recuperar e proteger as represas, rios e córregos utilizados para abastecimento de águas das regiões metropolitanas bem como melhorar a qualidade de vida da população residente em áreas de mananciais.

Em outubro de 2021, o Governo do Estado, em parceria com a Prefeitura de São Paulo, entregou 562 apartamentos da primeira fase do Conjunto Habitacional Chácara do Conde - Prefeito Bruno Covas, no Grajaú, zona sul da capital paulista. Esses imóveis foram destinados a famílias originárias de moradias precárias na região dos mananciais.

Outros 316 imóveis foram entregues em maio de 2022. E mais 412 moradias estão em conclusão.



Famílias originárias de moradias precárias na região dos mananciais receberam 562 apartamentos da primeira fase do Conjunto Habitacional Chácara do Conde – Prefeito Bruno Covas, no Grajaú.

Os moradores dos 562 apartamentos do residencial foram removidos das áreas Alto da Alegria, Cantinho do Céu, Córrego Reimberg, Erundina, Francisco Inácio Solano, Guaicuri, Pilão, Nossa Senhora de Fátima, Pabreu, Chácara do Conde, Jardim São Bernardo III e Tanquinho e de frente de obras de urbanização de favelas, na região do extremo sul da Capital.

Em dezembro de 2021 a CDHU assinou convênio para repassar R$ 100 milhões à Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo (Sehab) para construir mais 728 moradias na segunda fase do empreendimento Chácara do Conde Prefeito Bruno Covas, no Grajaú.

A urbanização de 1.055 domicílios nos loteamentos Jardim Pabreu e Prainha, também prevista na parceria, já foi concluída. O investimento total da CDHU, conforme o convênio, com data base de agosto de 2010, é de R$ 56,4 milhões.

Em julho de 2022 foi autorizado convênio de repasse de R$ 150 milhões da CDHU para a prefeitura na construção de 3 mil apartamentos no Conjunto E - Major Lúcio.



O projeto também tem como objetivo melhorar a qualidade da população residente nas áreas de mananciais com obras de urbanização.

SERRA DO MAR E LITORAL SUSTENTÁVEL

Serra do Mar e Litoral Sustentável

Processo envolve o reassentamento de famílias de áreas de risco, a urbanização e ações de recuperação, conservação e proteção das áreas

A atuação da Secretaria da Habitação e da CDHU objetiva a recuperação e conservação das áreas ambientalmente protegidas da Serra do Mar e do Litoral Paulista. O trabalho envolve o reassentamento de famílias de áreas de risco, a urbanização de áreas e ações de recuperação, conservação e fiscalização para proteção das áreas protegidas.

As ações integram dois programas, que operam de forma complementar nessas áreas, e são realizados em parceria com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e o BID: o Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista.

O Serra do Mar teve como objetivo a conservação, o uso sustentável e a recuperação socioambiental do Parque Estadual da Serra do Mar, a maior área contínua de Mata Atlântica preservada no Brasil e que sofre a ameaça da ocupação por assentamentos habitacionais precários que se instalaram irregularmente nas regiões há décadas.



O programa visa a conservação, o uso sustentável e a recuperação socioambiental do Parque Estadual da Serra do Mar.



Na Serra do Mar, 98 famílias que viviam em áreas de risco em Cubatão foram removidas e as moradias demolidas.

O programa promoveu a remoção de famílias de áreas de risco e de proteção ambiental que foram reassentadas em novas unidades habitacionais especialmente construídas para esse fim. Além de novas moradias, executou obras de urbanização em áreas já consolidadas da Serra do Mar, onde a remoção não era indicada e onde houve possibilidade de consolidação dos núcleos. O programa já atendeu famílias de Cubatão, Pedro de Toledo com novas moradias e, em Cubatão, com obras de urbanização.

O Litoral Sustentável promoverá ações de reassentamento de famílias, com transferências de áreas de risco, e urbanização de núcleos habitacionais precários. O programa atuará em ocupações irregulares no entorno e nas áreas de pressão dos Parques e na melhoria institucional de gestão territorial e integração ambiental entre Estado e entes municipais, com reforço na fiscalização ambiental e redução das áreas de risco.



Em Cubatão, novas moradias e obras de urbanização

No município de Cubatão, os conjuntos habitacionais Bolsão 9 (com 1.154 moradias) e Cubatão B (com 216 unidades) foram viabilizados pela CDHU no âmbito do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar.



PEM PROGRAMA ESPECIAL DE MELHORIAS

PEM - PROGRAMA ESPECIAL DE MELHORIAS

PEM - Programa Especial de Melhorias

Oferece melhores condições de vida à população de baixa renda, de bairros degradados ou habitações de interesse social

O Programa Especial de Melhorias (PEM), instituído pela Secretaria de Estado de Habitação, promove a implantação de infraestrutura, equipamentos coletivos e melhorias habitacionais por meio de reforma e ampliações, estímulo à implantação de serviços públicos e ações de inclusão social.

Pelo PEM, a Secretaria repassa, por meio de convênios e sem ônus, recursos aos municípios para a aquisição de equipamentos comunitários e o desenvolvimento de obras de infraestrutura.

Dessa forma, o Governo do Estado de São Paulo auxilia financeiramente as prefeituras a transformar núcleos precários ou conjuntos construídos pela CDHU em bairros integrados à malha urbana das cidades.

A iniciativa oferece melhores condições de vida à população de baixa renda, moradora em bairros degradados ou conjuntos habitacionais de habitações de interesse social.



Pelo Programa Especial de Melhorias (PEM), a Secretaria da Habitação, por meio de convênios com as prefeituras, passa recursos sem ônus, que são aplicados em obras de infraestrutura bem como construção de praças poliesportivas e obras de lazer.

O programa promove a implantação de obras de pavimentação, guias e sarjetas, galerias de águas pluviais, drenagem, muros de arrimo, construção e reforma de praças e outros serviços de infraestrutura, de acordo com as necessidades dos municípios.

Outra possibilidade oferecida é a de as prefeituras utilizarem os recursos para complementar infraestrutura em conjuntos habitacionais que estão em obras ou em equipamentos sociais e de lazer.

São 167 os municípios que assinaram convênios com o PEM. Investimentos de R$ 35 milhões. Outros 126 municípios estão empenhados, em investimentos de mais de R$ 43 milhões.



O programa é fundamental no apoio aos municípios na implantação de obras de asfaltamento das cidades e outros serviços de infraestrutura.

CIDADE LEGAL



Programa Cidade Legal

Regularização fundiária acelera e desburocratiza o processo e garante segurança jurídica às famílias

A regularização fundiária é tão importante na Política Habitacional do Estado de São Paulo quanto a construção de novas moradias. Muitas famílias vivem em núcleos e loteamentos irregulares, em muitos casos por décadas, sem possuir o documento que comprove que o bem lhes pertence.

Para atender essa população carente, o governo do estado criou, em agosto de 2007, o Programa de Regularização Cidade Legal.

Desenvolvido pela Secretaria de Estado da Habitação, o programa acelera e desburocratiza o processo de regularização fundiária, sem custo aos municípios e aos moradores.

Durante a atual gestão, a regularização fundiária ganhou uma importância fundamental como instrumento de combate ao déficit habitacional.



O programa acelera e desburocratiza o processo de regularização fundiária

O programa está presente em 592 dos 645 municípios paulistas, com 1,6 milhão de famílias em atendimento. As prefeituras conveniadas recebem orientação e apoio técnico para a regularização de parcelamentos do solo e de núcleos habitacionais, públicos ou privados, para fins residenciais, localizados em área urbana ou de expansão urbana.

O processo de legalização da posse começa com trabalhos de vistoria, diagnóstico e identificação de irregularidades da área. Também são realizados levantamentos topográficos, projetos urbanísticos e cadastro social.

E ainda é oferecida assessoria para registro e titulação da documentação das moradias no cartório. No final do processo, as famílias recebem o título e passam a ser legalmente proprietárias de seus imóveis, antes irregulares.



A certidão de propriedade do imóvel oferece garantia jurídica para os proprietários

Além de garantir segurança jurídica, o programa leva às famílias de baixa renda outros benefícios, como o acesso ao mercado formal de crédito, a possibilidade de comercialização do imóvel e a transferência do bem para filhos ou herdeiros.

Foram entregues mais de 94,1 mil títulos de propriedade e investidos R$ 200 milhões em serviços de regularização fundiária em 237 municípios. Aguardam liberação dos cartórios 21,7 mil títulos.

CASA PAULISTA

Casa Paulista

Mais moradias populares
e oferta de condições dignas
aos cidadãos mobilizam
as ações da Agência

A produção de unidades habitacionais de interesse social ganhou um grande impulso nas regiões metropolitanas e cidades do Estado com a criação da agência de fomento Casa Paulista em 2011. Ampliar o acesso da população de baixa renda à casa própria é o objetivo.

Mais moradias e oferta de condições dignas aos cidadãos mobilizam as ações da Secretaria da Habitação. O governo de São Paulo ampliou sua capacidade de atendimento à população, buscando parcerias com o governo federal, a iniciativa privada, as prefeituras e as associações por meio da Agência de Habitação Social Casa Paulista.

Casa digna. É isso o que todo mundo quer. Quem mora em comunidade, em cortiço, em área de risco. Ajudar a população de baixa renda a ter a sua casa própria, a realizar esse sonho dos brasileiros que vivem no estado de São Paulo é a missão. Esse é o objetivo da Agência, classificada como marco substancial de ampliação de ofertas na política habitacional em São Paulo.

Habitação retoma obras paradas do Governo Federal em 15 municípios do Estado de SP





As 22 casas populares que estavam sendo construídas no município de Cafelândia tiveram suas obras paralisadas. A CDHU fez vistoria nas moradias e dá sequência à construção com a assinatura de novo contrato.

A Secretaria da Habitação promoveu ações visando a retomada das obras paralisadas de 585 casas do Programa Sub 50, do governo federal, em 15 municípios do Estado. Caberá à CDHU executar as obras, que serão custeadas pelo Governo do estado.

As 585 moradias populares do programa estão assim distribuídas por municípios: Barra do Turvo (38 casas), Bofete (40), Casa Branca (50), Cafelândia (22), Dumont (39), Euclides da Cunha Paulista (40), Ilha Comprida (40), Iperó (38), Itaberá (40), Joanópolis (40), Potim (40), Pompéia (40), Reginópolis (40), Santa Branca (28) e Teodoro Sampaio (50).

O programa Sub 50, direcionado a municípios com até 50 mil habitantes, tem como objetivo a construção de moradias de interesse social.

Como as obras foram interrompidas , os contratos com a instituição financeira Cobansa foram paralizados e serão rescindidos. Novos compromissos, em convênio tripartite, foram assinados com base no Programa de Desenvolvimento Urbano (PDU), da Casa Paulista. A CDHU receberá os recursos e fará a complementação para a produção dos empreendimentos.

O Programa de Desenvolvimento Urbano (PDU) é um convênio da Casa Paulista com prefeituras para infra estrutura urbana (asfalto, esgoto, galerias, sarjetas, calçadas etc.) e reposição (moradias precárias para fins de reforma). As ações têm como meta empreendimentos inacabados ou com deficiência de equipamentos necessários à habitabilidade (complementação).



O Habitacional Curuça, na Zona Leste da Capital, tem 97 apartamentos.



O Residencial Tupã, na Zona Norte da Capital, soma 228 apartamentos.

A Casa Paulista viabiliza a operação de dois fundos habitacionais: o Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social (FPHIS) e o Fundo Garantidor Habitacional (FGH).

O sonho da casa própria já é realidade para parte da população carente do Estado: a Casa Paulista superou a marca de mais de 152 mil moradias viabilizadas e 30,4 mil entregues, em 93 municípios, por meio de seu subsídio de até R$ 20 mil a fundo perdido por unidade habitacional.

Estão assinadas 17.247 unidades, em 54 municípios. Recursos aplicados: R$ 962 milhões.

Todas as unidades são destinadas a famílias com renda mensal de até R$ 1.800 (público alvo do programa da Agência). E as moradias populares paulistas oferecem dignidade a milhares de cidadãos.

O aporte financeiro da Casa Paulista é fundamental para tornar realidade a parceria nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e grandes cidades do Estado de São Paulo, onde se encontram os maiores desafios sociais e os custos de terrenos e infraestrutura são mais elevados. Ou seja: sem a participação da Casa Paulista, o programa federal não seria viável no Estado.



Residencial Espanha, o maior conjunto de moradias populares em São Paulo

Empreendimento com 3.860 moradias populares, o Residencial Espanha foi viabilizado por meio da Agência Casa Paulista, braço operacional da Secretaria de Estado da Habitação, no âmbito do acordo de cooperação entre o Governo de São Paulo, o Governo Federal e a Prefeitura da capital. Maior conjunto de moradias populares dos últimos anos no município, entregue em janeiro de 2020, abriga mais 15 mil pessoas. O governo do Estado investiu, a fundo perdido, R$ 72,9 milhões.

As unidades estão localizadas à Rua Davide Perez com Rua Salvador Dali, no Balneário São Francisco, Região Sul da Cidade, próximo à Represa Billings. Os 3.860 apartamentos foram erguidos em 14 condomínios de cinco pavimentos (térreo mais quarto) cada, com 84 lotes de pequenos comércios. A área total do terreno é de 832351,16m². E as moradias ocupam 213.563,42m².

Os demais 600 mil m² foram incorporados pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente ao Parque Municipal dos Búfalos. O empreendimento preservou as 14 nascentes da área e realizou o plantio de 30 mil mudas nativas de 135 espécies diferentes.

O residencial atende famílias removidas de frente de obras públicas para urbanizacao e infraestrutura do PAC, além de famílias removidas de áreas de risco e de recuperação ambiental, oriundas de comunidades internas à Área de proteção e Recuperação dos Manaciais do Reservatório Billings.

A Casa Paulista estabelece parcerias, capta recursos junto a governos, agentes financeiros e iniciativa privada e destina subsídios para viabilizar ou melhorar as condições de moradias para famílias de baixa renda.

Exemplo dessas parcerias ocorreu em outubro de 2021, quando o Governo de São Paulo e a Prefeitura anunciaram novo acordo visando a construção de mais 25 mil moradias na Capital. Serão destinados R$ 500 milhões da Secretaria da Habitação, por meio da Casa Paulista, em forma de subsídio, para fomentar essas unidades habitacionais de programa desenvolvido pela prefeitura.

A Casa Paulista cria programas e apoia o financiamento e a construção de moradias, a reforma de unidades habitacionais e a implantação de infraestrutura em bairros e/ou lotes e terrenos que ainda apresentem condições insalubres, rendendo habitabilidade às residências de milhares de paulistas e viabilizando novas unidades. São ações viabilizadas em 564 empreendimentos de 228 municípios.



O avanço no atendimento à população por meio de moradias populares é o objetivo



Famílias do município de Alfredo Marcondes, na região de Presidente Prudente, receberam 100 moradias populares

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

Parceria Público-Privada

Objetivos: repovoar, revitalizar o Centro de SP, aproveitar a infraestrutura existente e áreas ociosas e aproximar o emprego da moradia

A Parceria Público-Privada (PPP) do Centro é uma coparticipação do setor público com a iniciativa privada, para ampliar a oferta de habitação a famílias de baixa renda. É a primeira PPP da Habitação do país e prevê a construção de 3.683 moradias no Centro de São Paulo, com 2.260 habitações de interesse social, voltadas para famílias com renda de um a cinco salários mínimos, que trabalham na região central da capital paulista e têm o financiamento subsidiado pelo Governo do Estado.

Outras 1.423 habitações são de mercado popular, direcionadas a famílias que recebem entre seis e dez pisos salariais, sem financiamento subsidiado.

O projeto inovador foi desenvolvido para repovoar, revitalizar e modernizar o Centro da cidade, aproveitando a infraestrutura existente para ocupar áreas ociosas, aproximar o emprego da moradia e reduzir o tempo de deslocamento de trabalhadores.



Na Barra Funda são erguidas as quatro torres residenciais em terreno cedido pela prefeitura paulistana. O conjunto irá beneficiar 417 famílias que já residem e trabalham na região central e não tiveram acesso à casa própria. As moradias estão sendo erguidas na Rua do Bosque, 1.088, em uma área de antiga Usina de Asfalto. Serão oferecidos apartamentos com 1,2 e 3 dormitórios.





A iniciativa propõe a realização de verdadeira mudança urbanística nas áreas de intervenção, com a recuperação de espaços públicos, a criação de áreas comerciais e de serviços, além da restauração de edificações para equipamentos públicos.

Com este programa, o governo do Estado já concluiu e entregou 2.069 apartamentos da PPP do Centro, sendo 126 na Rua São Caetano, 91 na Alameda Glete, 914 no Complexo Júlio Prestes I, 216 no Complexo Júlio Prestes II, 96 no Residencial Gusmão e 210 no Complexo Mauá. Desse total de unidades, 1.400 foram entregues na atual gestão. E desde outubro de 2021 estão em construção 417 unidades na Barra Funda.

Além das moradias, a PPP do Centro realizou a reforma do 2ª Grupamento do Corpo de Bombeiros, a revitalização da Praça Júlio Prestes e entregou uma creche para 162 crianças de 0 a 3 anos e 11 meses. Foram entregues também 56 lojas no Complexo Júlio Prestes e 1 loja no Residencial Gusmões para promover o comércio local.



O Complexo Mauá é um empreendimento com 210 apartamentos

GRAPROHAB

Graprohab

Agiliza e organiza procedimentos de licenciamento para implantação de empreendimentos de solo e para fins residenciais

O Graprohab, Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo, vinculado à Secretaria da Habitação, é um órgão colegiado responsável pela aprovação de loteamentos, conjuntos habitacionais e condomínios. Tem por objetivo agilizar e organizar os procedimentos de licenciamento no Estado para implantação de empreendimentos de parcelamentos de solo para fins residenciais.

Em julho de 2022, por meio do Decreto 66.960, o órgão foi reestruturado, com a adoção de uma redação mais direta, com ganhos de transparência nas atribuições e competências e de seus membros, além do enxugamento de sua estrutura administrativa. Em agosto de 2022, o órgão anunciou um novo regimento simplificando trâmites de licenciamento, em um desdobramento do Decreto 66.960.

Destaque para o novo prazo de sete dias para que o presidente do Graprohab emita suas considerações quanto à manifestação de enquadramento (Certificado de Dispensa), sendo levado o resultado preliminar à ratificação do colegiado.



A aprovação de conjuntos habitacionais, condomínios e lotes agiliza e organiza os procedimentos de licenciamento. A prestação de serviços é feita pelo Graprohab.

Destaque, também, para a ampliação do prazo de validade do Certificado de Aprovação, de dois para quatro anos, prorrogáveis por igual período, desde que inalterados os pressupostos técnicos verificados na análise realizada. O novo prazo também fica condicionado à renovação de licenças e autorizações que tenham prazo anterior, o que deverá ser solicitado pelo interessado.

Os novos prazos são medidas com objetivo de dar celeridade e transparência ao processo, conferindo mais racionalidade, agilidade e segurança jurídica para todos os operadores interessados nos procedimentos.

A aprovação reúne os votos do colegiado composto pela Secretaria de Estado da Habitação; Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb); Cia. De Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp); e Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE).

Entre 2019 e 2022 foram protocolados pelo Graprohab 575.712 uhs em 1.841 empreendimentos e 610.325 lotes de 2.127 empreendimentos. Total: 1.186.037 uhs/lotes. Entre aprovados/dispensados foram 573.877 uhs e, 1.793 empreendimentos e 500.412 lotes de 1.771 empreendimentos. Total: 1.074.289 uhs/lotes.



O Graprohab tornou virtuais vários serviços em decorrência da pandemia

Serviços Virtuais

O Graprohab tornou virtuais os seguintes serviços: revalidação de certificado, solicitações de prazo, alterações de titularidade e denominação entre outros. Também disponibilizou acesso digital à pauta da reunião do colegiado com o status dos projetos protocolados, trazendo mais celeridade e transparência à informação.

SORTEIOS ELETRÔNICOS

Sorteios Eletrônicos

Os sorteios presenciais, que reuniam milhares de inscritos em estádios, ginásios ou praças públicas, foram substituídos pela versão digital com transmissão pela internet

A Secretaria de Estado da Habitação e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) realizaram em 2020, uma série de sorteios eletrônicos com transmissão ao vivo pela internet.

Todo o processo teve acompanhamento de uma empresa de auditoria externa, garantindo a lisura e transparência dos eventos. Mais de 12 mil imóveis foram sorteados.

Tradicionalmente, os eventos presenciais de moradias da CDHU reuniam milhares de inscritos em estádios, ginásios de esportes ou praças de cidades do interior.

Mas, para evitar aglomerações por causa da pandemia da Covid-19, a escolha dos candidatos a uma moradia passou a ser feita pela versão eletrônica, sem a presença de público, e com transmissão direta de um estúdio montando na sede da Companhia, no centro de São Paulo.



Os sorteios de moradias da CDHU sempre reuniram milhares de pessoas interessadas

Os interessados e o público em geral puderam acompanhar ao vivo pelo Facebook e canal do Youtube da Secretaria da Habitação e da CDHU. A digitalização dos processos, que já era uma tendência mesmo antes da chegada da Covid-19 no Brasil, tornou-se prioridade.

Como funciona

Diferente do presencial, o sorteio eletrônico é realizado em duas etapas: na primeira é sorteada a sequência numérica que forma a "semente", composta por oito números através das duas urnas instaladas no auditório da CDHU, em São Paulo.

Na segunda etapa, as moradias são sorteadas pelo computador por meio de um programa especial, capaz de garantir a segurança dos resultados, desenvolvido pelos técnicos da CDHU.

Além disso, todo o processo é examinado por uma empresa de auditoria externa. As informações são registradas em ata e publicadas no site da CDHU, após validação.

Todas as famílias sorteadas passam pelo processo de habilitação, quando têm de comprovar os requisitos exigidos para participar dos programas habitacionais, que constam no edital de inscrição do empreendimento.

Caso isto não ocorra, será convocada a família suplente, de acordo com a ordem de classificação.



A versão eletrônica substituiu os sorteios presenciais para evitar aglomerações

TRABALHO TÉCNICO SOCIAL

Trabalho Técnico Social

Ações têm como objetivo promover o fortalecimento comunitário na busca continua de melhores condições de vida

O Trabalho Técnico Social tem como proposta garantir que a execução de projetos habitacionais se dê de modo integrado, com conteúdos voltados a mobilização, organização e fortalecimento social, educação ambiental e patrimonial e desenvolvimento socioeconômico para as populações envolvidas em todas as fases dos projetos, ou seja, antes das obras, durante as obras e na fase do pós-obras.

Na CDHU, o Trabalho Técnico Social é desenvolvido em duas frentes que envolvem ações relacionadas à entrega de empreendimentos e ao acompanhamento e pós-ocupação nos conjuntos e as ações voltadas aos projetos em favelas e assentamentos precários. Apesar de serem trabalhos distintos, ambas têm como objetivo promover o fortalecimento comunitário na busca contínua de melhores condições de vida.

Em favelas e assentamentos precários, o Trabalho Técnico Social desenvolvido junto às comunidades não se limita ao reassentamento de famílias removidas de áreas de intervenção.



Na fase do pós-obras do programa são realizadas ações que promovam o fortalecimento comunitário



No início de 2021, a CDHU passou a desenvolver a operação de plantio de mudas de árvores frutíferas em conjuntos habitacionais. Na primeira etapa foram plantadas mais de 2.100 mudas nas cidades de Ubatuba, Macatuba, Iacanga, Cafelândia, São Joaquim da Barra, Clementina. Ubatuba recebeu espécies da Mata Atlântica.

São atividades e projetos voltados à cidadania, cultura, identidade com o espaço habitado, promoção da autonomia e emancipação comunitária, requalificação profissional, geração de renda e sustentabilidade.

A metodologia utilizada está centrada na promoção de ações voltadas à participação e ao engajamento efetivos da população, concretização de espaços de fortalecimento da cidadania e no desenvolvimento sustentável do território.

Atualmente, estão em andamento 19 ações sociais em quatro projetos de recuperação urbana e ambiental: Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar, em Cubatão; Projeto Pimentas, em Guarulhos; Programa de Urbanização Integrada Jardim Santo André, em Santo André e Projeto de Urbanização Integrada do Pantanal, em São Paulo.



O programa também tem como objetivo apoiar e orientar o acesso dos mutuários aos equipamentos e serviços públicos.

Esses projetos são organizados em cinco principais linhas de atuação podem ser customizadas de acordo com os interesses e vocação das comunidades. São eles: Comunicação Comunitária, Arte Urbana e Cultura, Cozinha Comunitária, Sensibilização Ambiental e Turismo de Base Comunitária.

Já no outro eixo de atuação, o Trabalho Técnico Social da CDHU tem como objetivo contribuir para a contínua melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, apoiar e orientar o acesso dos mutuários aos equipamentos e serviços públicos oferecidos pelo poder público e a correta compreensão da noção de direitos e deveres na manutenção de suas moradias.

O trabalho se inicia antes mesmo da entrega dos conjuntos habitacionais, e se estende, em média, por um ano após a mudança das famílias para a nova moradia. Ele engloba tanto a Orientação Social, quanto a Orientação e Gestão Condominial, e pode variar de acordo com a tipologia e características do empreendimento.

CDHU
SERVIÇOS

CDHU Serviços

Companhia passou a desenvolver novas ações de apoio para órgãos governamentais da administração direta e indireta

A CDHU ampliou sua área de atuação a partir de dezembro de 2019, com a incorporação das atividades anteriormente exercidas pela extinta Companhia Paulista de Obras e Serviços (CPOS).

E, por meio desse novo braço, passou a desenvolver ações de engenharia e outros específicos do setor para órgãos governamentais da administração direta e indireta em várias áreas: avaliação de imóveis urbanos e rurais de órgãos públicos; consultoria, gerenciamento e fiscalização de convênios, administração de edifícios e gestão de condomínios; elaboração de diagnósticos fundiários e atuação na regularização fundiária.

Outras atribuições da CDHU Serviços envolvem o desenvolvimento de projetos de arquitetura e engenharia, obtenção de licenças, laudos e estudos de Meio Ambiente, projetos de restauro e gerenciamento de obras e apoio ao planejamento urbano e habitacional.

São amplos os trabalhos atuais em desenvolvimento para a Defensoria Pública, Centro Paula Souza, Fundo Social de São Paulo, Procon e as Secretarias da Agricultura, Turismo e Viagens, Esportes, Desenvolvimento Social, e de Segurança Pública (Polícias Militar e Civil) e Detran.



A Vila Olímpica

Por meio do CDHU Serviços, O Complexo Esportivo Mário Covas recebe ações de obras e serviços. Em área de 342 mil m², tem sete quadras, sendo cinco poliesportivas e duas quadras de tênis. A Vila Olímpica é utilizada para treinamento de atletas de alto rendimento. O complexo está localizado no km. 19,5 da Rodovia Raposo Tavares, Butantã.





Restauro - O Edifício Santa Margarida, na Avenida da Liberdade esquina com Rua Álvaro Machado, Centro, sede da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, recebeu restauro por meio do programa CDHU Serviços

Algumas dessas ações: restauro do edifício da Defensoria Pública, na Liberdade; projeto da pista de atletismo do Complexo Mario Covas; projeto do centro de treinamento paraolímpico do complexo Baby Barioni; projetos de 20 Praças da Cidadania e Parque da Cidadania Heliópolis; Ponte Estaiada em São Bernardo do Campo; pavimentação da Avenida do Estado em Santo André, revitalização do Canal Pluvial no Guarujá, Centro de Convivência em Campinas; projetos das Casas da Juventude, Mulher, Convivência, Saúde, Afro-brasileira e Calçadas Acessíveis; projetos de Estruturas Náuticas em Avaré, Pres. Epitácio, Araçatuba e Rubinéia; revitalização dos restaurantes Bom Prato; obras no 7º BAEP e reformas de 42 Distritos Policiais.

A CDHU também fará levantamento para otimização e uso dos imóveis públicos do Estado. Inicialmente serão contemplados 400 imóveis dos 36 mil do patrimônio estadual.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Rodrigo Garcia
Governador do Estado de São Paulo

Marcos Rodrigues Penido
Secretário de Governo do Estado de São Paulo

SECRETARIA DA HABITAÇÃO

Flavio Amary
Secretário de Estado da Habitação

Reinaldo Iapequino
Secretário-executivo de Estado da Habitação

Fernando Fiori de Godoy
Chefe de Gabinete de Estado da Habitação

Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU

Silvio Vasconcellos
Presidente

FICHA TÉCNICA

CDHU/Governo do Estado de São Paulo
Programa e Realizações
2019/2022

Edição:
Superintendência de Comunicação Social

Superintendente:
José Fernando Lefcadito Álvares

Editor:
Sérgio Barbalho

Produção de conteúdo:
Marcelo David Pawel,
Marlene Pereira de Araujo e
Sérgio Barbalho

Revisão:
Cesar Guerrero

Fotos:
Daniel Vorley, Rafael Neddermeyer,
Fernando Lambert e Vinicius Fonseca

Projeto Gráfico e Diagramação:
AJF e
Matheus Campagnone

CDHU

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria da Habitação